

**MEMORANDO INTERNO N° 91/2023**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Pedido de pedido de troca de marca c/c reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023

**Interessado:** PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP Nº 86/2023

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sobre o pedido de troca de marca c/c reequilíbrio econômico-financeiro do **ITEM 265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**. Informo que o ultimo volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 19 de junho de 2023.



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

*Recebi 22/06/2023*

*Rodrigo de Castro Garcez*

Assistente Jurídico  
OAB/SP 389.076

De: Daniela Garcia Carvalho <daniela.carvalho@promefarma.com.br>  
Enviado em: quinta-feira, 15 de junho de 2023 18:03  
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
Cc: Empenhos 4  
Assunto: (W17747) Pedido de Troca de Marca cc Reequilíbrio Econômico-financeiro NISTATINA  
Anexos: (W17747) Pedido de Troca de Marca cc Reequilíbrio Econômico-financeiro NISTATINA.pdf; Bruno - Procuração Jurídico.pdf; NF PRATI 1108773.pdf; NISTATINA\_FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVARES MACHADO PE 12\_2023.pdf; NISTATINA\_MUNICIPIO DE AMPARO DO SERRA PE 16\_2022.pdf; NISTATINA\_MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE PE 12\_2023.pdf; NISTATINA\_MUNICIPIO DE SANTO EXPEDITO PE 12\_2023.pdf; NF GREENPHARMA 24492.pdf; NF GREENPHARMA 25225.pdf; NF GREENPHARMA 26242.pdf; NISTATINA\_MUNICIPIO DE TACIBA PE 12\_2023.pdf

Prioridade: Alta

Prezados, boa tarde.

Segue anexo nossa solicitação de Troca de Marca com Reequilíbrio Econômico Financeiro para o medicamento NISTATINA (G) 100.000UI/4G 60G+1 APL CR VG GREEN PHARMA (CX C/ 50 BISN), constante do Pregão 12/2023, ARP/CTO 86/2023.

Gentileza não emitir novos empenhos.

Conforme nossa proposta comercial, para comunicações com a empresa e envio de empenhos utilizar o e-mail [empenhos4@promefarma.com.br](mailto:empenhos4@promefarma.com.br)

Daniela Garcia Carvalho  
Licitação

Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda  
Rua João Amaral de Almeida, 100 Cidade Industrial - Curitiba CEP. 81170-520 – Paraná – Brasil  
55 41 3165-7900  
55 41 3165-7941  
[daniela.garcia@promefarma.com.br](mailto:daniela.garcia@promefarma.com.br)



**AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP/SP**

**Pregão nº 12/2023**

**ARP/Contrato Administrativo nº 86/2023**

**PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 81.706.251/0001-98, estabelecida à Rua João Amaral de Almeida, 100 - CIC - CEP - 81.170-520, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, vem por intermédio de seus representantes, com fulcro no artigo 5º LV, da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes apresentar:

**PEDIDO DE TROCA DE MARCA C/C REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Com base nos fatos e fundamentos adiante expostos.

**I. SINTESE FÁTICA**

**Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.** - CNPJ: 81.706.251/0001-98 - Inscrição Estadual: 101.76046-40  
Rua: João Amaral de Almeida, 100 - CIC - CEP - 81.170-520 – Curitiba PR.  
Telefone: (41) 3052-7900/ (41) 3165-7900  
E-mail: juridico@promefarma.com.br

[www.promefarma.com.br](http://www.promefarma.com.br)

A Promefarma participou do processo licitatório em epígrafe, restando vencedora de vários lotes formalizados através da ata de registro de preços ou contrato administrativo visando o fornecimento de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública.

Inicialmente, cumpre dizer que a Promefarma sempre buscou manter a Administração informada e atualizada em relação ao fornecimento de todo e qualquer medicamento. Ocorre que, a **GreenPharma**, fabricante do **NISTATINA (G) 100.000UI/4G 60G+1 APL CR VG**, vem informando a indisponibilidade do medicamento, não havendo previsão de normalização de sua comercialização, conforme inúmeras cartas anexas.

Tendo em vista as dificuldades da GreenPharma em regularizar a produção do medicamento, a Promefarma foi em busca de outras indústrias visando a aquisição do produto e, após reiteradas investidas no mercado nacional, verificou-se que a indústria **Prati** é a fabricante com disponibilidade imediata de comercialização do medicamento com o valor mais acessível e próximo do originalmente cotado, desse modo, para continuar o efetivo fornecimento à Administração, faz-se necessária a solicitação de **troca de marca concomitante ao reequilíbrio econômico-financeiro**.

Portanto, visando permanecer com o fornecimento do fármaco, a Requerente vem solicitar **Troca de Marca c/c Reequilíbrio Econômico-financeiro**, nos termos da fundamentação abaixo.

## **II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **a) DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Requerente atua no segmento de distribuição de medicamentos e não desenvolve atividade fabril, ficando sujeita às oscilações do mercado, tanto de estoque quanto de preço.

Sendo assim, torna-se inviável que as empresas distribuidoras mantenham estoque volumoso dos medicamentos, sob pena de vultosas perdas em decorrência da possibilidade de vencimento desses produtos.



Com relação ao prazo de validade o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, ao elaborar o *Manual de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*<sup>1</sup> visando instruir os profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), explica:

“(...) O Edital deve dispor sobre o prazo de validade do medicamento, quando da entrega. Sugerimos que os medicamentos sejam entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo: se o medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.”

Corroborando com o entendimento acima os editais de licitação também estabelecem prazos mínimos de validade. Assim, para atender as exigências e evitar prejuízos incalculáveis e eventual responsabilização pela perda em decorrência do vencimento, é necessário que as distribuidoras mantenham estrito contato com as indústrias visando harmonizar a cadeia de produção, transporte, distribuição, logística e entrega final.

Conforme já constatado, a GreenPharma vem apresentando imprecisão quanto à normalização da produção do medicamento NISTATINA (G) 100.000UI/4G 60G+1 APL CR VG, fazendo com que a Promefarma fosse em busca de alternativas para continuar o fornecimento à Administração.

Adentrando às causas do atual cenário nacional, cumpre destacar que um dos maiores fatos geradores do desabastecimento de medicamentos decorre da escassez de insumos farmacêuticos ativos (IFA), que é a matéria-prima utilizada para a produção de todo e qualquer medicamento.

Ocorre que, o Brasil produz apenas 5% (cinco por cento) de todo o IFA utilizado no país, ou seja, **95% (noventa e cinco por cento) da matéria-prima utilizada para**

<sup>1</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização* / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006



**produzir os medicamentos comercializados no Brasil é estrangeira**, sendo 68% (sessenta e oito por cento) proveniente da China.

Em suma, a escassez de insumos farmacêuticos é fato notório e de conhecimento desta r. Administração, uma vez que tal situação é pertinente e vem sendo informada através de diversos veículos de comunicação, tais como: telejornais, entrevistas e matérias de fácil acesso.

Considerando as circunstâncias acima, observa-se a ocorrência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, enquadrados no direito como caso fortuito e força maior; situações de fato que impossibilitam ou dificultam o cumprimento das obrigações contratuais. Corroborando com essa afirmativa, Marçal Justen Filho<sup>2</sup> afirma que:

“Consideram-se fatos não apenas os eventos da natureza, mas também as ocorrências e processos sociais, desde que seja impossível individualizar uma conduta imputável a um agente determinado. Assim, pode-se exemplificar com o encerramento das atividades dos fornecedores de certo produto.”

Com relação ao atual cenário econômico mundial, ressalta-se a **guerra russo-ucraniana**, fato que impactou diretamente na economia mundial, assim como a falta de medicamentos no Brasil<sup>3</sup>. \*

Seguindo essa esteira, destacam-se os **lockdowns ocorridos na China**<sup>4</sup> que congestionaram portos do país<sup>5</sup> e causaram atrasos na importação de suprimentos, acarretando inúmeras consequências ao Brasil, isso, pois, diversos insumos farmacêuticos que são utilizados para confeccionar os medicamentos são importados do país asiático.

Cumprir destacar ainda, a alta nos custos de transporte destes insumos, dado que a inflação global causou aumento do preço do combustível usado em navios, prejudicando assim o transporte marítimo, que é a principal forma de traslado de suprimentos

<sup>2</sup>Justen Filho, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*: Lei 8.666/93. 18 Edição. São Paulo, Editora Thomson Reuters.

<sup>3</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/dependencia-de-insumos-farmaceuticos-se-acentuuou-com-a-guerra-diz-conselheira-do-cns/>

<sup>4</sup> <https://www.uninter.com/noticias/lockdown-na-china-e-guerra-na-ucrania-prenuncio-de-caos-logistico-global>

<sup>5</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lockdowns-na-china-e-guerra-na-ucrania-congestionam-principais-portos-do-mundo/>

destinados a produção de medicamentos, influenciando diretamente nos preços praticados no mercado.<sup>6</sup>

As circunstâncias provocadas pelos *lockdowns* ocorridos na China em decorrência da política 'Covid Zero', bem como as consequências da guerra russo-ucraniana, configuram caso fortuito ou força maior, conforme preleciona José dos Santos Carvalho Filho<sup>7</sup>:

"Caso fortuito e força maior são situações de fato que redundam na **impossibilidade de serem cumpridas as obrigações contratuais**. O primeiro decorre de eventos da natureza, como catástrofes, ciclones, tempestades anormais, e o segundo é resultado de um fato causado, de alguma forma, pela vontade humana, como é o clássico exemplo da greve.". (grifo nosso)

Desta forma, respeitosamente, a Requerente pleiteia o deferimento do pedido de **Troca de Marca c/c Reequilíbrio Econômico-financeiro** considerando que a única alternativa encontrada, visando manter o fornecimento, foi a troca de marca que, por sua vez, carece de reequilíbrio econômico-financeiro para não acarretar prejuízos à Contratada.

## **b) DA TROCA DE MARCA**

Considerando a imprecisão da regularização, é necessária a troca de marca para continuar com o fornecimento do medicamento nos prazos pactuados em ata. Com relação a troca de marca Diógenes Gasparini ensina:<sup>8</sup>

"O conteúdo do contrato nesse particular não precisa ser idêntico ao da proposta mais vantajosa; basta que encerre mais vantagens para a contratante. Nenhuma nulidade causará ao ajuste se os termos e condições da proposta vencedora forem discutidos e a contratante obtiver mais vantagens (menor preço, menor prazo de entrega, menor juro moratório) que as originalmente oferecidas pelo proponente e as consignar no contrato. Esse afastamento do contrato em relação à proposta vencedora cremos ser sempre possível e constitucional. O que

<sup>6</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lockdowns-na-china-e-guerra-na-ucrania-congestionam-principais-portos-do-mundo/>

<sup>7</sup> FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de Direito Administrativo* 27ª Edição. São Paulo, Editora Atlas.

<sup>8</sup> Gasparini, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo. 9 ed. 2004, p. 530



não se permite é o distanciamento entre o contrato e a proposta com prejuízos para a contratante, conforme ensina Hely Lopes Meirelles. Essa possibilidade, no entanto, não permite que o contratado entregue e a Administração Pública aceite outro bem. Sendo o mesmo bem, admite-se modelo de qualidade superior”

Ainda, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes acrescenta:<sup>9</sup>

“Tenha-se em vista a situação da retirada de um produto do mercado pelo fabricante, inviabilizando o cumprimento da obrigação de um fornecedor, nos termos ajustados. Pode a Administração Pública aceitar produto de qualidade equivalente ou superior pelo mesmo preço.”

É notório que a indústria **Prati** adquiriu grande respeito no mercado nacional de medicamentos, por produzi-los com excelente qualidade e atenção às Boas Práticas de Fabricação. A indústria detém todos os documentos de liberação para fornecimento dos seus produtos; Registro, Autorização de Funcionamento.

Nesse sentido, é com fundamentos técnicos e segurança que sugerimos a aceitação do presente pedido de troca de marca do produto, a fim de atender as necessidades emergenciais para a continuidade dos tratamentos necessários aos pacientes, contudo, para efetivar a presente solicitação de troca de marca, faz-se necessário o **reequilíbrio econômico-financeiro**.

### c) DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Constatada a existência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, cabem às partes contratantes solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, a fim de ajustar a equivalência contratual.

A garantia da manutenção do equilíbrio financeiro nos contratos formalizados com a Administração possui previsão no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:  
(...)

<sup>9</sup> Fernandes, Ulisses Jacoby, *Sistema de registro de preços e Pregão*, Belo Horizonte: Editora Fórum, p.400/401



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Abstrai-se do referido dispositivo que, o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado.

Os eventos extraordinários decorrentes dos fatos apresentados acima caracterizam caso fortuito ou força maior de modo que, quando ocorre o desequilíbrio da relação contratual, deve ser assegurado às partes a observância do art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, o Decreto Federal nº 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços dispõe:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

(...)

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

As medidas de reajuste ou revisão dos contratos administrativos são fundamentais para a apresentação da proposta, execução dos serviços ou fornecimento de bens e eficácia das contratações públicas, pois não é admissível e seguro a uma das partes suportar onerosidades, decorrente de fato excepcional, que torna o objeto inexecutível do ponto de vista econômico.

Nesse sentido, o equilíbrio econômico-financeiro precisa ser mantido enquanto durar o acordo, evitando-se a quebra da relação contratual e prejuízos. Para tal fim, tem-se como pacífico no direito público a consagração da Teoria da Imprevisão, quando a inexecução sem culpa da obrigação pressupor a existência de uma causa justificadora, decorrente exclusivamente de fatos imprevisíveis, extraordinários e extracontratuais, conforme ensina Miguel Maria Serpa Lopes<sup>10</sup>:

"A imprevisão consiste, assim, no desequilíbrio das prestações sucessivas ou diferidas, em consequência de acontecimentos posteriores à formação do contrato, independentemente da vontade das partes, de tal forma extraordinários e anormais que impossível se tornava prevê-los razoável e antecedentemente. São acontecimentos supervenientes que alteram profundamente a economia do contrato, por tal forma perturbando o seu equilíbrio, como inicialmente estava fixado, que se torna certo que as partes jamais contratariam se pudessem ter podido antes antever esses fatos. Se, em tais circunstâncias, o contrato fosse mantido, redundaria num enriquecimento anormal, em benefício do credor, determinando um empobrecimento da mesma natureza, em relação ao devedor. Consequentemente, a imprevisão tende a alterar ou excluir a força obrigatória dos contratos."

A cláusula implícita nos contratos administrativos e plenamente vinculada à Teoria da Imprevisão, *rebus sic stantibus*, visa justamente evitar os nefastos efeitos

<sup>10</sup> SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de Direito Civil*. 6d. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

<sup>2</sup> Jessé Torres Pereira Júnior. *Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública*. 1995, p 415.

oriundos do desequilíbrio da equação econômico-financeira pactuada entre particular e Administração Pública.

Nesse sentido, para manter a equivalência contratual é necessário aplicar o reequilíbrio econômico-financeiro para o medicamento **Nistatina (G) 100.000ui/4g 60g+14 Apl Cr Vg**, vez que o valor registrado no respectivo termo de homologação é de **R\$ 4,00**, já o valor necessário para continuar com o regular fornecimento sem prejuízos com o medicamento da indústria **Prati** é de **R\$ 7,59**.

Visando comprovar todas as informações quanto aos valores, a Promefarma de forma colaborativa e responsável encaminha anexo as notas fiscais demonstrando o preço praticado no mercado pela indústria fornecedora do medicamento.

Diante dos fatos e fundamentação acima, a Requerente pede o deferimento do presente **Pedido de Troca de Marca c/c Reequilíbrio Econômico-financeiro**.

### III. DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, requer que:

- a) Seja conhecido o presente pedido e julgado procedente;
- b) Seja deferido o Pedido de Troca de Marca do medicamento **Nistatina (G) 100.000ui/4g 60g+14 Apl Cr Vg** da indústria/marca **GreenPharma** para o medicamento da indústria/marca **Prati**;
- c) Em caso de deferimento do pleito acima, seja conhecido o Pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro que atualiza o valor unitário registrado para o fornecimento do medicamento, ou seja, passando a fornecer o medicamento **Nistatina (G) 100.000ui/4g 60g+14 Apl Cr Vg**, da indústria/marca **Prati**, pelo valor unitário de **R\$ 7,59**;
- d) Seja suspensa qualquer emissão de empenho até a decisão dos pedidos acima;
- e) Que o presente pedido seja motivadamente respondido de acordo com o princípio da motivação, previsto na Lei Federal nº




9.784/99, apresentando os fatos e fundamentos jurídicos (art. 50, *caput* Lei n° 9.784/99);

f) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, e em especial a documental, a fim de provar todos os fatos aqui alegados.

Termos em que pede deferimento.

Curitiba/PR, 06 de junho de 2023.

  
Bruno Grebes  
Analista Jurídico  
CPF/MF nº: 061.642.069-28  
Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares



Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Rua João Amaral de Almeida, nº 100 – Cidade Industrial

Curitiba/PR. CEP 81.170-520

(41) 3165 7900

promefarma@promefarma.com.br

www.promefarma.com.br

## PROCURAÇÃO

**Outorgante:** Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., devidamente inscrita no CNPJ nº 81.706.251/0001-98, com sua sede à Rua João Amaral de Almeida, nº 100, Bairro Cidade Industrial, no Município de Curitiba, estado do Paraná, neste ato representada pelo seu representante legal, **Sr. Elcio Luis Bordignon**, brasileiro, casado, sócio-diretor desta empresa, inscrito na Carteira de Identidade RG nº 5.591.020-0 - SSP/PR e no Cadastro de Pessoa Física CPF nº 972.234.769-15.

**Outorgado:** Bruno Grebos, brasileiro, bacharel em Direito, analista jurídico, inscrito na Carteira de Identidade RG nº 12.326.721-4 e CPF/MF nº 061.642.069-28, residente e domiciliado à Rua Miguel Bertolino Pizatto, nº 700, Casa, Centro, no Município de Araucária, Estado do Paraná, CEP: 83.702-220.

**Poderes:** São conferidos ao outorgado poderes amplos, gerais e ilimitados para representar a Outorgante a atuar junto a quaisquer repartições e órgãos públicos nas Esferas Administrativas da União, Estados, Municípios, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações, para que lhe represente e pratique todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste instrumento, especificamente para propor, responder, requerer e acompanhar processos administrativos, notificações e demais manifestações referente às licitações, presenciais e eletrônicas, perante órgãos públicos ou empresas privadas, sendo vedado o subestabelecimento.

A outorgante registra que cumpre a rigor as Leis nº 12.846/2013 e 8.666/1993, sendo, portanto, expressamente vedado ao referido, valer-se deste instrumento para praticar quaisquer atos adversos à legislação vigente.

**Este documento não confere poderes ao outorgado para receber quaisquer valores em nome da Outorgante.**

Todas as ações prestadas pelo Outorgado devem seguir as práticas do Código de Conduta e Ética exigidos no Compliance estabelecidos pela Outorgante.

O documento tem validade de 01 (um) ano.

Curitiba/PR, 07 de outubro de 2022.

Elcio Luis Bordignon

Diretor

RG: 5.591.020-0 SSP-PR / CPF: 972.234.769-15

RECEBEMOS DE Prati,Donaduzzi & Cia Ltda OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO.  
EMIÇÃO: 25/05/2023 VALOR TOTAL: R\$ 6.000,00 DESTINATÁRIO: 0000131158-PROMEFARMA MED E PROD HOSP LTDA - R JOAO AMARAL DE  
ALMEIDA, 100 CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA-PR

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 001.108.773  
Série 003

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**Prati,Donaduzzi & Cia Ltda**

Rua Mitsugoro Tanaka, 145  
C Ind Nilton Arruda - 85903-630  
Toledo - PR Fone/Fax: 08007021331

**DANFE**

Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº. 001.108.773  
Série 003  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4123 0573 8565 9300 0166 5500 3001 1087 7311 1653 7373

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141230133820443 - 25/05/2023 20:05:36

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**Venda produção do estabelecimento**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

4180632706

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

8136

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

9047473788

CNPJ

73.856.593/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

**0000131158-PROMEFARMA MED E PROD HOSP LTDA**

ENDEREÇO

**R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100**

MUNICÍPIO

**CURITIBA**

CNPJ / CPF

81.706.251/0001-98

DATA DA EMISSÃO

25/05/2023

CEP

81170-520

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

25/05/2023

BAIRRO / DISTRITO

**CIDADE INDUSTRIAL**

UF

PR

FONE / FAX

04133329188

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1017604640

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

20:05:03

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003	Num.	004	Num.	005
Venc.	26/06/2023	Venc.	10/07/2023	Venc.	24/07/2023	Venc.	08/08/2023	Venc.	23/08/2023
Valor	R\$ 1.200,00	Valor	R\$ 1.200,00	Valor	R\$ 1.200,00	Valor	R\$ 1.200,00	Valor	R\$ 1.200,00

CULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
6.000,00	720,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,88	6.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	522,72	6.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

**ATIVA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA**

ENDEREÇO

**ROD CONTORNO LESTE BR-116 5318**

QUANTIDADE

20

ESPECIE

**VOLUME**

MARCA

FRETE

**0-Por conta do Rem**

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

PR

CNPJ / CPF

01.125.797/0030-50

MUNICÍPIO

**SAO JOSE DOS PINHAIS**

UF

PR

INSCRIÇÃO ESTADUAL

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

130,000

PESO LÍQUIDO

60,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
012439	+ NISTATINA CR VG 60 G+14 APL-VP / GEN NISTATINA L1. 23E541 Val. 24.04.2025 Qt. 1.000.000 Lote: 23E541 Quant: 1000.000 Fab: 24/04/2023 Val: 24/04/2025	30042099	551	5101	BN	1.000.000	6,0000	6.000,00	0,00	6.000,00	720,02		19,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: + (Positiva): 6000,00 - (Negativo): 0,00 - N (Neutra): 0,00 - VP - VENDA PROIBIDA AO COMERCIO / GEN -  
Generico. SIM - Similar, OUT - Outros, NEU - Neutra/ROTA: CWB, PRIORIDADE: LOVATO, Transportadora: [Fatura:  
0096381631 Rem: 0087541890 Qv: 0006674366 Vol: 00020 Cubagem: 0,600 M3]CREDITO PRESUMIDO - LEI  
10.147/2000/ICMS PARCIALMENTE DIFERIDO CFME ANEXO VIII ART.28 DO RICMS/PR 7.871/2017/IPI - ALIQUOTA 0  
NCM DO RPI/ICMS DIFERIDO: RS 419.98(OBS: 303665)Sr. Cliente favor conferir a mercadoria no ato do recebimento, em  
de divergências efetuar ressalva no conjunto de recebimento evitando eventuais transtornos.Os laudos e arquivos XML, poderao  
ser impressos através do seguinte endereço eletrônico: www.pratidonaduzzi.com.br/laudos/Mercadoria será expedida pelo Depósito  
Fechado, situado na Rodovia PR-182, s/n, KM 320/321 - Biopark, Toledo/PR, CNPJ 73.856.593/0025-33, CAD ICMS 90840845-46.  
Email do Destinatário: nfe01@promefarma.com.br  
Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 0,00

RESERVADO AO FISCO



Anápolis, 06 de junho de 2023.

A

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM. LTDA**

**CNPJ: 81.706.251/0001-98**

**Referente:**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVARES MACHADO**

**Pregão Eletrônico: 12/2023**

**Referente:**

**• NISTATINA CR 50 BIS X 60 G**

**GREENPHARMA QUÍMICA e FARMACÊUTICA EIRELI**, com sede à VPR 3 QD 2- módulos 32/35 - DAIA, Anápolis, Goiás, inscrita sob o CNPJ, 33.408.105/0001-33 neste ato representada por seu Diretor Comercial, vem respeitosamente informar e esclarecer acerca do atraso de entrega do produto em referência.

Ao recebermos a autorização de fornecimento do medicamento acima citado, envidamos todos os esforços para programarmos a entrega, viabilizando assim o seu atendimento dentro do prazo.

Em final de março de 2023, a empresa teve a necessidade de atualizar o sistema computadorizado a fim de atender as normativas, bem como a troca de equipamentos no sentido de aumentar a capacidade produtiva e com intuito de atender melhor o mercado. Estamos com atraso na finalização destes processos com desdobramentos, gerando a paralização da produção e por consequência no atraso da entrega dos compromissos comerciais assumidos.

Contudo, o alto volume de pedidos que temos do produto, e com a responsabilidade de distribuir para o maior número de municípios possíveis, solicitamos a prorrogação no prazo de entrega sem que consigamos dar uma data específica.

Sendo assim, contando com o costumeiro bom senso que caracteriza as decisões emanadas por essa empresa, requeremos que a justificativa apresentada seja acolhida a fim de afastar a aplicação de qualquer penalidade em razão do atraso supracitado.

Certos de contarmos com a compreensão de V.S.<sup>a</sup>, agradecemos antecipadamente.

  
Atenciosamente

Juliana Horácio Antunes Rocha

Analista Comercial

**GreenPharma**

Química e Farmacêutica Eireli  
VPR 3 QD 2-A - Módulos 32/35 - DAIA  
CEP: 75132-015 - Anápolis - GO

1849  
[assinatura]

Anápolis, 06 de junho de 2023.

À

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM. LTDA**

**CNPJ: 81706251000198**

**Referente:**

**Prefeitura Municipal de Amparo do Serra**

**Pregão Eletrônico: 16/2022**

**Referente:**

**• NISTATINA CR 50 BIS X 60 G**

**GREENPHARMA QUÍMICA e FARMACÊUTICA EIRELI**, com sede à VPR 3 QD 2- módulos 32/35 - DAIA, Anápolis, Goiás, inscrita sob o CNPJ, 33.408.105/0001-33 neste ato representada por seu Diretor Comercial, vem respeitosamente informar e esclarecer acerca do atraso de entrega do produto em referência.

Ao recebermos a autorização de fornecimento do medicamento acima citado, envidamos todos os esforços para programarmos a entrega, viabilizando assim o seu atendimento dentro do prazo.

Em final de março de 2023, a empresa teve a necessidade de atualizar o sistema computadorizado a fim de atender as normativas, bem como a troca de equipamentos no sentido de aumentar a capacidade produtiva e com intuito de atender melhor o mercado. Estamos com atraso na finalização destes processos com desdobramentos, gerando a paralisação da produção e por consequência no atraso da entrega dos compromissos comerciais assumidos.

Contudo, o alto volume de pedidos que temos do produto, e com a responsabilidade de distribuir para o maior número de municípios possíveis, solicitamos a prorrogação no prazo de entrega sem que consigamos dar uma data específica.

Sendo assim, contando com o costumeiro bom senso que caracteriza as decisões emanadas por essa empresa, requeremos que a justificativa apresentada seja acolhida a fim de afastar a aplicação de qualquer penalidade em razão do atraso supracitado.

Certos de contarmos com a compreensão de V.S.<sup>a</sup>, agradecemos antecipadamente.

*Juliana B. Antunes Rocha*  
Atenciosamente

Juliana Horácio Antunes Rocha

Analista Comercial

**GreenPharma**

Química e Farmacêutica Eireli  
VPR 3 QD.2-A - Módulos 32/35 - DAIA  
CEP: 75132-015 - Anápolis - GO

1850  
ref

Anápolis, 06 de junho de 2023.

À

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM. LTDA**

**CNPJ: 81706251000198**

**Referente:**

**Prefeitura Municipal de Estrela do Norte**

**Pregão Eletrônico: 12/2023**

**Referente:**

**• NISTATINA CR 50 BIS X 60 G**

**GREENPHARMA QUÍMICA e FARMACÊUTICA EIRELI**, com sede à VPR 3 QD 2- módulos 32/35 - DAIA, Anápolis, Goiás, inscrita sob o CNPJ, 33.408.105/0001-33 neste ato representada por seu Diretor Comercial, vem respeitosamente informar e esclarecer acerca do atraso de entrega do produto em referência.

Ao recebermos a autorização de fornecimento do medicamento acima citado, enviamos todos os esforços para programarmos a entrega, viabilizando assim o seu atendimento dentro do prazo.

Em final de março de 2023, a empresa teve a necessidade de atualizar o sistema computadorizado a fim de atender as normativas, bem como a troca de equipamentos no sentido de aumentar a capacidade produtiva e com intuito de atender melhor o mercado. Estamos com atraso na finalização destes processos com desdobramentos, gerando a paralização da produção e por consequência no atraso da entrega dos compromissos comerciais assumidos.

Contudo, o alto volume de pedidos que temos do produto, e com a responsabilidade de distribuir para o maior número de municípios possíveis, solicitamos a prorrogação no prazo de entrega sem que consigamos dar uma data específica.

Sendo assim, contando com o costumeiro bom senso que caracteriza as decisões emanadas por essa empresa, requeremos que a justificativa apresentada seja acolhida a fim de afastar a aplicação de qualquer penalidade em razão do atraso supracitado.

Certos de contarmos com a compreensão de V.S.<sup>ª</sup>, agradecemos antecipadamente.

*Juliana H. Antunes Rocha*  
Atenciosamente

Juliana Horácio Antunes Rocha

Analista Comercial

**GreenPharma**

Química e Farmacêutica Eireli  
VPR 3 QD 2-A - Módulos 32/35 - DAIA  
CEP: 75132-015 - Anápolis - GO



1831  
ref

Anápolis, 06 de junho de 2023.

À

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM. LTDA**

**CNPJ: 81706251000198**

**Referente:**

**Prefeitura Municipal de Santo Expedito**

**Pregão Eletrônico: 12/2023**

**Referente:**

**• NISTATINA CR 50 BIS X 60 G**

**GREENPHARMA QUÍMICA e FARMACÊUTICA EIRELI**, com sede à VPR 3 QD 2- módulos 32/35 - DAIA, Anápolis, Goiás, inscrita sob o CNPJ,33.408.105/0001-33 neste ato representada por seu Diretor Comercial, vem respeitosamente informar e esclarecer acerca do atraso de entrega do produto em referência.

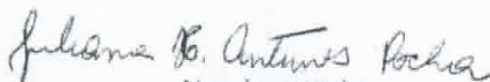
Ao recebermos a autorização de fornecimento do medicamento acima citado, enviamos todos os esforços para programarmos a entrega, viabilizando assim o seu atendimento dentro do prazo.

Em final de março de 2023, a empresa teve a necessidade de atualizar o sistema computadorizado a fim de atender as normativas, bem como a troca de equipamentos no sentido de aumentar a capacidade produtiva e com intuito de atender melhor o mercado. Estamos com atraso na finalização destes processos com desdobramentos, gerando a paralização da produção e por consequência no atraso da entrega dos compromissos comerciais assumidos.

Contudo, o alto volume de pedidos que temos do produto, e com a responsabilidade de distribuir para o maior número de municípios possíveis, solicitamos a prorrogação no prazo de entrega sem que consigamos dar uma data específica.

Sendo assim, contando com o costumeiro bom senso que caracteriza as decisões emanadas por essa empresa, requeremos que a justificativa apresentada seja acolhida a fim de afastar a aplicação de qualquer penalidade em razão do atraso supracitado.

Certos de contarmos com a compreensão de V.S.<sup>a</sup>, agradecemos antecipadamente.

  
Atenciosamente

Juliana Horácio Antunes Rocha

Analista Comercial

**GreenPharma**

Química e Farmacêutica Eireli  
VPR 3 QD 2-A - Módulos 32/35 - DAIA  
CEP: 75132-015 - Anápolis - GO

1852  
*[Handwritten signature]*  
Anápolis, 06 de junho de 2023.

A

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM. LTDA**

**CNPJ: 81706251000198**

**Referente:**

**Prefeitura Municipal de Taciba**

**Pregão Eletrônico: 12/2023**

**Referente:**

**• NISTATINA CR 50 BIS X 60 G**

**GREENPHARMA QUÍMICA e FARMACÊUTICA EIRELI**, com sede à VPR 3 QD 2- módulos 32/35 - DAIA, Anápolis, Goiás, inscrita sob o CNPJ, 33.408.105/0001-33 neste ato representada por seu Diretor Comercial, vem respeitosamente informar e esclarecer acerca do atraso de entrega do produto em referência.

Ao recebermos a autorização de fornecimento do medicamento acima citado, envidamos todos os esforços para programarmos a entrega, viabilizando assim o seu atendimento dentro do prazo.

Em final de março de 2023, a empresa teve a necessidade de atualizar o sistema computadorizado a fim de atender as normativas, bem como a troca de equipamentos no sentido de aumentar a capacidade produtiva e com intuito de atender melhor o mercado. Estamos com atraso na finalização destes processos com desdobramentos, gerando a paralisação da produção e por consequência no atraso da entrega dos compromissos comerciais assumidos.

Contudo, o alto volume de pedidos que temos do produto, e com a responsabilidade de distribuir para o maior número de municípios possíveis, solicitamos a prorrogação no prazo de entrega sem que consigamos dar uma data específica.

Sendo assim, contando com o costumeiro bom senso que caracteriza as decisões emanadas por essa empresa, requeremos que a justificativa apresentada seja acolhida a fim de afastar a aplicação de qualquer penalidade em razão do atraso supracitado.

Certos de contarmos com a compreensão de V.S.<sup>a</sup>, agradecemos antecipadamente.

*Juliana B. A. Antunes*  
Atenciosamente

Juliana Horácio Antunes Rocha

Analista Comercial

**GreenPharma**

Química e Farmacêutica Eireli  
VPR 3 QD 2-A - Módulos 32/35 - DAIA  
CEP: 75132-015 - Anápolis - GO



RECEBEMOS DE GREENPHARMA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 21/07/2022 VALOR TOTAL: R\$ 31.600,00 DESTINATÁRIO: PROMEFARMA REPRESENTACOES COM LTDA - R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA-PR

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.024.492  
Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**GREENPHARMA**  
VIELA VP R3, S/N QD.2A, SN - MOD.32/35  
DADA - 75132-015  
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 006233106400

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

Nº. 000.024.492  
Série 001  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5222 0733 4081 0500 0133 5500 1000 0244 9218 8484 9762

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152225330800278 - 21/07/2022 11:59:55

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VD.PROD.C/ICM

INSCRIÇÃO ESTADUAL

102161275

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

33.408.105/0001-33

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM LTDA**

ENDEREÇO

**R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100**

MUNICÍPIO

**CURITIBA**

CNPJ / CPF

**81.706.251/0001-98**

DATA DA EMISSÃO

**21/07/2022**

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

**21/07/2022**

BAIRRO / DISTRITO

**CIDADE INDUSTRIAL**

CEP

**81170-520**

UF FONE / FAX

**PR**

**4130527912**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**1017604640**

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

**11:46:00**

ATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	18/08/2022	Venc.	25/08/2022	Venc.	01/09/2022
Valor	R\$ 10.533,33	Valor	R\$ 10.533,33	Valor	R\$ 10.533,34

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V.IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
31.600,00	3.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	663,60	31.600,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128,40	31.600,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

**INT MERCURIO CARGAS E ENC. EXPRESSAS SA**

FRETE

**0- Por conta do Rem**

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

**95.591.723/0135-20**

ENDEREÇO

**R. FELIPE CAMARAO S/N**

MUNICÍPIO

**GOIANIA**

UF

**GO**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**104340789**

QUANTIDADE

ESPECIE

**CAIXA**

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

**820,000**

**820,000**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 062622 Val: 24/05/2024 Lote: 062622 Quant: 29.000 Fab: 13/07/2022 Val: 24/05/2024	30049099	000	6101	CX	29,0000	158,0000	4.582,00	0,00	4.582,00	549,84		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 062722 Val: 24/05/2024 Lote: 062722 Quant: 33.000 Fab: 13/07/2022 Val: 24/05/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	158,0000	5.214,00	0,00	5.214,00	625,68		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 062822 Val: 24/05/2024 Lote: 062822 Quant: 33.000 Fab: 13/07/2022 Val: 24/05/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	158,0000	5.214,00	0,00	5.214,00	625,68		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 062922 Val: 24/05/2024 Lote: 062922 Quant: 33.000 Fab: 18/07/2022 Val: 24/05/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	158,0000	5.214,00	0,00	5.214,00	625,68		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 063022 Val: 24/05/2024 Lote: 063022 Quant: 33.000 Fab: 14/07/2022 Val: 24/05/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	158,0000	5.214,00	0,00	5.214,00	625,68		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 063122 Val: 24/05/2024 Lote: 063122 Quant: 33.000 Fab: 14/07/2022 Val: 24/05/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	158,0000	5.214,00	0,00	5.214,00	625,68		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 063222 Val: 04/07/2024 Lote: 063222 Quant: 6.000 Fab: 14/07/2022 Val: 04/07/2024	30049099	000	6101	CX	6,0000	158,0000	948,00	0,00	948,00	113,76		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Int. Contribuinte: Pedido de Venda: 012880 R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 Email do Destinatário: compras@promefarma.com.br  
Inf. Fisco: Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 96,22 Valor Cofins R\$ 453,62 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 109,50 Valor Cofins R\$ 516,18 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 109,49 Valor Cofins R\$ 516,19 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 109,49 Valor Cofins R\$ 516,19 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 109,50 Valor Cofins R\$ 516,18 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 109,49 Valor Cofins R\$ 516,19 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 19,91 Valor Cofins R\$ 93,85

RESERVADO AO FISCO



RECEBEMOS DE GREENPHARMA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 21/10/2022 VALOR TOTAL: R\$ 33.800,00 DESTINATÁRIO: PROMEFARMA REPRESENTACOES COM LTDA - R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA-PR

NF-e

Nº. 000.025.225  
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**GREENPHARMA**

VIELA VP R3, S/N QD.2A, SN - MOD.32/35  
DAIA - 75132-015  
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 006233106400

**DANFE**

Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.025.225  
Série 001  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5222 1033 4081 0500 0133 5500 1000 0252 2512 2089 0513

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152225620268441 - 21/10/2022 17:03:09

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**VD.PROD.C/ICM**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

102161275

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

33.408.105/0001-33

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

**PROMEFARMA REPRESENTACOES COM LTDA**

ENDEREÇO

**R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100**

MUNICÍPIO

**CURITIBA**

CNPJ / CPF

81.706.251/0001-98

DATA DA EMISSÃO

21/10/2022

CEP

81170-520

DATA DA SAÍDA ENTRADA

21/10/2022

BAIRRO / DISTRITO

**CIDADE INDUSTRIAL**

UF

FONE / FAX

**PR**

4130527912

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1017604640

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

16:23:00

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	18/11/2022	Venc.	25/11/2022	Venc.	02/12/2022
Valor	R\$ 11.266,67	Valor	R\$ 11.266,67	Valor	R\$ 11.266,66

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
33.800,00	4.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,62	33.800,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.944,66	33.800,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

**TNT MERCURIO CARGAS E ENC. EXPRESSAS S/A**

ENDEREÇO

**R. FELIPE CAMARAO S/N**

QUANTIDADE

200

ESPECIE

CAIXA

MARCA

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

95.591.723/0135-20

MUNICÍPIO

**GOIANIA**

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

104340789

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

820,000

PESO LÍQUIDO

820,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 101722 Val: 05/10/2024 Lote: 101722 Quant: 11.000 Fab: 11/10/2022 Val: 05/10/2024	30049099	000	6101	CX	11,0000	169,0000	1.859,00	0,00	1.859,00	223,08		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 101822 Val: 05/10/2024 Lote: 101822 Quant: 33.000 Fab: 13/10/2022 Val: 05/10/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 101922 Val: 05/10/2024 Lote: 101922 Quant: 33.000 Fab: 13/10/2022 Val: 05/10/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 102022 Val: 05/10/2024 Lote: 102022 Quant: 33.000 Fab: 13/10/2022 Val: 05/10/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 103122 Val: 06/10/2024 Lote: 103122 Quant: 33.000 Fab: 13/10/2022 Val: 06/10/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 103222 Val: 06/10/2024 Lote: 103222 Quant: 33.000 Fab: 13/10/2022 Val: 06/10/2024	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 103322 Val: 06/10/2024 Lote: 103322 Quant: 24.000 Fab: 13/10/2022 Val: 06/10/2024	30049099	000	6101	CX	24,0000	169,0000	4.056,00	0,00	4.056,00	486,72		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Int. Contribuinte: Pedido de Venda: 012883 R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 Email do Destinatário:

compras@promefarma.com.br

Int. Inscr. Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 34,35 Valor Cofins R\$ 161,96 Conforme Lei

Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 103,07 Valor Cofins R\$ 485,86 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12

segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 103,06 Valor Cofins R\$ 485,87 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis /

Cofins: Valor Pis R\$ 103,06 Valor Cofins R\$ 485,87 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$

103,07 Valor Cofins R\$ 485,87 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 103,06 Valor Cofins R\$

485,87 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 74,95 Valor Cofins R\$ 353,36

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE GREENPHARMA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 24/02/2023 VALOR TOTAL: R\$ 16.900,00 DESTINATÁRIO: PROMEFARMA REPRESENTACOES COM LTDA - RUA JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA-PR

NF-e

Nº. 000.026.242  
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**GREENPHARMA**  
VIELA VP R3, SN - MOD.32/35  
DAIA - 75132-015  
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 006233106400

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

Nº. 000.026.242  
Série 001  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5223 0233 4081 0500 0133 5500 1000 0262 4218 9487 4360

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152236027776233 - 24/02/2023 16:11:36

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VD.PROD.C/ICM

INSCRIÇÃO ESTADUAL

102161275

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

33.408.105/0001-33

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

PROMEFARMA REPRESENTACOES COM LTDA

CNPJ / CPF

81.706.251/0001-98

DATA DA EMISSÃO

24/02/2023

ENDEREÇO

RUA JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100

BAIRRO / DISTRITO

CIDADE INDUSTRIAL

CEP

81170-520

DATA DA SAÍDA ENTRADA

24/02/2023

MUNICÍPIO

CURITIBA

UF

PR

FONE / FAX

4130527912

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1017604640

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

14:08:00

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	24/03/2023	Venc.	31/03/2023	Venc.	07/04/2023
Valor	R\$ 5.633,33	Valor	R\$ 5.633,33	Valor	R\$ 5.633,34

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
16.900,00	2.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312,31	16.900,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472,33	16.900,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

GOBOR TRANSPORTES

FRETE

0- Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

77.505.550/0014-01

ENDEREÇO

RÓD BR 153, 9188, QD CH GALPAO 08

MUNICÍPIO

GOIANIA

UF

GO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

106703110

QUANTIDADE

ESPECIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

410,000

410,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 011223 Val: 06/02/2025 Lote: 011223 Quant: 9.000 Fab: 13/02/2023 Val: 06/02/2025	30049099	000	6101	CX	9,0000	169,0000	1.521,00	0,00	1.521,00	182,52		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 011323 Val: 06/02/2025 Lote: 011323 Quant: 33.000 Fab: 13/02/2023 Val: 06/02/2025	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 011423 Val: 06/02/2025 Lote: 011423 Quant: 33.000 Fab: 13/02/2023 Val: 06/02/2025	30049099	000	6101	CX	33,0000	169,0000	5.577,00	0,00	5.577,00	669,24		12,00	
3012	NISTATINA CR 50 BIS X 60G MED. GENERICO Lote: 011523 Val: 06/02/2025 Lote: 011523 Quant: 25.000 Fab: 13/02/2023 Val: 06/02/2025	30049099	000	6101	CX	25,0000	169,0000	4.225,00	0,00	4.225,00	507,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Pedido de Venda: 012886 R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 Cubagem Total: 1.55 Email do Destinatário: compras1@promefarma.com.br  
Inf. fisco: Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 28.11 Valor Cofins R\$ 132.51 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 103.06 Valor Cofins R\$ 485.87 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 103.06 Valor Cofins R\$ 485.87 Conforme Lei Estadual PR 17.127/12 segue o Valor Pis / Cofins: Valor Pis R\$ 78.08 Valor Cofins R\$ 368.08

RESERVADO AO FISCO

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br

Impressão em 23/02/2023 às 07:56:06

Notas fiscais gerenciadas pelo Arquivet - www.Arquivet.com.br





1868  
raf

## PARECER JURÍDICO

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**  
**ORIGEM: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**

### RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **ITEM 265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 12/20223**, com solicitação juntada aos autos, alegando que o item: "sofreu variação em seu valor, de tal modo que o preço orçado não mais se compactua com o valor de mercado [...] Ainda, ao analisar o pedido de reequilíbrio, deve-se levar em consideração o momento atual do país, pois como é possível constatar, o Brasil passa por uma séria crise no abastecimento farmacêutico. [...] Um dos principais motivos para essa falta generalizada se encontra na instabilidade do mercado internacional, decorrente da guerra da Rússia e Ucrânia, uma vez que a maioria dos insumos para a confecção de medicamentos é importada [...] Ademais, sabe-se que neste início de 2022 a China e outros países Asiáticos decretaram o lockdown novamente, com o intuito de combater a nova variante do vírus Covid-19, Ômicron, visto que essas regiões enfrentam novos surtos de casos de contaminação, sendo que, o lockdown ainda está sendo estendido, visto que a proliferação do vírus ainda não foi contida pelo país".

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem

*[Handwritten signature]*





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

O pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja,

sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorram, devendo estes serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

Deste modo, variações no preço dos itens, é esperado que ocorram. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Importante também apontar que a pandemia do COVID-19 se iniciou no final de 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março<sup>1</sup> a OMS declarou instaurada a pandemia.

Desta forma, não prospera o argumento da solicitante de que a pandemia de COVID-19 gerou um aumento imprevisível nos preços dos produtos, haja

<sup>1</sup> Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020



vista que a pandemia de iniciou no final de 2019 e a Ata de Registros Preços ora em tela fora assinada pela licitante solicitante em 06 de julho de 2022, ou sea, mais de dois anos e meio depois, sendo totalmente previsível o aumento nos preços e, consequentemente, obrigação da licitante de prever tal fato no momento de elaborar sua proposta, não podendo agir de forma imprudente.

No mesmo trilha, inócuo o argumento de que a Guerra na Ucrânia afetou de forma imprevisível os preços dos produtos, haja vista que o referido conflito se iniciou em 24 de fevereiro de 2022<sup>2</sup>, ou sea, quase cinco meses antes da assinatura da Ata de Registros de Preços, sendo, mais uma vez, obrigação do licitante de prevê-la no momento de elaborar sua proposta.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

<sup>2</sup> Notícia disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2022/03/14955067-quando-e-como-comecou-a-guerra-na-ucrania-entenda-por-que-russia-invadiu-a-ucrania-neste-resumo.html>

gfh

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:

72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários quando da apresentação de suas propostas nos respectivos leilões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

deverão ser reequilibrados. Primeiro porque é possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas.

Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e a Guerra da Ucrânia e Rússia já iniciada e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Desta forma, apesar de estar instaurada a pandemia do COVID-19 e a Guerra, há a tendência da manutenção do entendimento do Tribunal de Contas, que se aduz a seguinte jurisprudência:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja

repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

**Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara**

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado.  
Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

### **Acórdão: 2795/2013 – Plenário**

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993.

Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

### **Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara**

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si só, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.  
Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo **desacerto inescusável da licitante**, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, **não existe** justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

### "VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, **comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.



8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser*

danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração". É de se considerar que "ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo deferimento da troca/substituição da marca do item **265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**, inicialmente da marca GreenPharma, pelo produto da marca Prati;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 09 de agosto de 2023.

  
Sérgio Ricardo Stuani  
Diretor Jurídico

  
Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico

  
Julio Cesar Gratton Pagnosi  
Assistente Jurídico

danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração". É de se considerar que "ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo deferimento da troca/substituição da marca do item **265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**, inicialmente da marca GreenPharma, pelo produto da marca Prati;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 09 de agosto de 2023.

Sérgio Ricardo Stuani  
Diretor Jurídico

  
Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico

  
Julio Cesar Gratton Pagnosi  
Assistente Jurídico



**MEMORANDO INTERNO Nº 111/2023**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Executiva

**Assunto:** Pedido de troca de marca c/c reequilíbrio de econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023

**Interessado:** PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP Nº 86/2023

Após solicitação de troca de marca c/c reequilíbrio de econômico-financeiro, às fls. 1.834/1.855, sobre o item **265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 1.868/1.883, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2023.



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

## DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Assunto:** Pedido de troca de marca c/c reequilíbrio de econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023

**Interessado:** PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP Nº 86/2023

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 86/2023, alegando, em síntese, que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 1.822/1.830, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 81.706.251/0001-98, ARP Nº 86/2023**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2023.



**Maria Heloisa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva - CIOP



### DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de troca de marca c/c pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. Pregão Eletrônico nº 12/2023. Interessada: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ Nº 49.228.695/0001-52, ARP Nº 86/2023. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de troca de marca c/c pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item 265 – NISTATINA 25.000 UI/G - CREME VAGINAL, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 10 de agosto de 2023.

